




Ética e responsabilidade na pesquisa educacional: honestidade intelectual e ciência como solidariedade

Ethics and responsibility in educational research: intellectual honesty and science as solidarity

Ética y responsabilidad en la investigación educativa: honestidad intelectual y ciencia como solidaridad

Luis Fernando Lopes - Centro Universitário Internacional UNINTER | PPGENT | Curitiba | PR | Brasil.
E-mail: fernandocater@gmail.com | 

Alvino Moser - Centro Universitário Internacional - UNINTER | PPGENT | Curitiba | PR | Brasil. E-mail: moseral.am@gmail.com | 

Maria de Fátima Rodrigues Pereira - Universidade Tuiuti do Paraná | PPGED/UTP | Curitiba | PR | Brasil. E-mail: maria.pereira@utp.br | 

Resumo: Em um contexto marcado por manipulações, negacionismo e contínuos ataques à ciência, a temática da ética, responsabilidade na pesquisa e da honestidade intelectual dos pesquisadores eleva sua importância. Nesse sentido, este artigo de caráter bibliográfico aborda o tema da ética e responsabilidade na pesquisa científica focalizando a questão da honestidade intelectual. A problemática balizadora de nossas reflexões interroga em que medida a honestidade intelectual impacta nos processos e resultados relacionados à pesquisa científica e mais especificamente na área educacional e seus desdobramentos na sociedade? Assim, o objetivo desse estudo é problematizar a questão da ética e responsabilidade na pesquisa científica e mais especificamente no campo educacional tendo em vista os impactos da honestidade intelectual e seus desdobramentos sociais. A perspectiva metodológica adotada é a da hermenêutica e os aportes teóricos consideram principalmente as contribuições de pensadores contemporâneos que abordam a questão ética e suas implicações sociais. Os resultados indicam que a honestidade intelectual e o compromisso com o mundo são fundamentais no trabalho científico para que se possa propor soluções para problemas reais que a sociedade demanda com vistas à promoção de um mundo melhor para todos e não apenas para alguns eleitos.

Palavras-chave: ética; pesquisa científica; honestidade intelectual.

Abstract: In a context marked by manipulations, denialism and continuous attacks on science, the issue of ethics, responsibility in research and the intellectual honesty of researchers increases in importance. In this sense, this bibliographical article addresses the topic of ethics and responsibility in scientific research, focusing on the issue of intellectual honesty. The guiding issue for our reflections asks to what extent does intellectual honesty impact the processes and results related to scientific research and more specifically in the educational area and its consequences in society? Thus, the objective of this study is to problematize the issue of ethics and responsibility in scientific research and more specifically in the educational field, considering the impacts of intellectual honesty and its social consequences. The methodological perspective adopted is that of hermeneutics and the theoretical contributions mainly consider the contributions of contemporary thinkers who address the ethical issue and its social implications. The results indicate that intellectual honesty and commitment to the world are fundamental in scientific work so that solutions can be proposed for real problems that society demands with a view to promoting a better world for everyone and not just for a select few.

Keywords: ethics; scientific research; intellectual honesty.

Resumen: En un contexto marcado por manipulaciones, negacionismo y continuos ataques a la ciencia, la cuestión de la ética, la responsabilidad en la investigación y la honestidad intelectual de los investigadores cobra importancia. En este sentido, este artículo bibliográfico aborda el tema de la ética y la responsabilidad en la investigación científica, centrándose en el tema de la honestidad intelectual. La cuestión rectora de nuestras reflexiones se pregunta ¿en qué medida la honestidad intelectual impacta los procesos y resultados relacionados con la investigación científica y más específicamente en el área educativa y sus consecuencias en la sociedad? Así, el objetivo de este estudio es problematizar la cuestión de la ética y la responsabilidad en la investigación científica y más específicamente en el campo educativo, teniendo en cuenta los impactos de la honestidad intelectual y sus consecuencias sociales. La perspectiva metodológica adoptada es la de la hermenéutica y los aportes teóricos consideran principalmente los aportes de pensadores contemporáneos que abordan la cuestión ética y sus implicaciones sociales. Los resultados indican que la honestidad intelectual y el compromiso con el mundo son fundamentales en el trabajo científico para poder proponer soluciones a problemas reales que demanda la sociedad con vistas a promover un mundo mejor para todos y no sólo para unos pocos elegidos.

Palabras clave: ética; investigación científica; honestidad intelectual.

- Recebido em: 17 de novembro de 2022
- Aprovado em: 21 de setembro de 2023
- Revisado em: 03 de novembro de 2023

1 Introdução

Falar sobre ética e moral hoje se tornou ao mesmo tempo uma grande necessidade e um enorme desafio. Necessidade e desafio que se ampliam quando trazemos à baila a temática da reponsabilidade na pesquisa científica e da honestidade intelectual dos pesquisadores, que geralmente são consideradas condições fundamentais atendidas a priori.

A ciência é um empreendimento humano que busca o conhecimento sobre o mundo natural e social. Para que cumpra seu papel de promover a humanidade, é fundamental que a ciência seja assentada em princípios éticos e de responsabilidade. No contexto atual, marcado por manipulações, negacionismo e contínuos ataques à ciência, a ética e a responsabilidade na pesquisa científica ganham ainda mais importância. É preciso garantir que a ciência seja realizada de forma honesta e responsável, para que ela possa ser utilizada para o bem da humanidade.

Ressalta-se que a honestidade intelectual é fundamental para a pesquisa científica. Ela é necessária para garantir a validade dos resultados da pesquisa, a confiabilidade dos dados e a credibilidade da comunidade científica. No campo educacional, a honestidade intelectual é particularmente importante, pois ela é fundamental na promoção de uma formação crítica e reflexiva.

Entretanto, as exigências excessivas para atender critérios burocráticos e ainda atingir metas de pontuação por publicações acabam por interferir diretamente nos processos de pesquisa e conseqüentemente na qualidade dos resultados do que é produzido. Por vezes, critérios estipulados com o objetivo de favorecer o desenvolvimento e o aumento da qualidade nos resultados acabam por conduzir a um excesso de publicações, que não obstante o esforço dos pesquisadores redundam em mais do mesmo.

Acrescenta-se a isso a necessidade de abordar-se a temática da ética em um país marcado historicamente pela injustiça e desigualdade com destaque para a negação do acesso à educação, sobretudo às camadas menos favorecidas da população. Conforme explicitam Moser *et al.* (2019) o convívio constante com a injustiça, a desonestidade, a desonra pode levar a crer que se trata de questões naturais, a respeito das quais não se pode fazer nada de concreto para provocar mudanças consistentes. Esse processo de naturalização do mal conduz a uma perda de referência no que diz respeito à orientação ético-moral.

Diante desse cenário, nos colocamos o desafio de refletir sobre a ética e responsabilidade na pesquisa científica e mais especificamente no campo educacional focalizando a questão da honestidade intelectual e seus desdobramentos sociais. Embora pareça óbvio que pesquisadores precisam ser pessoas exemplares no campo ético, os interesses que envolvem os processos de pesquisa e a aplicação dos seus resultados implicam em problemáticas que vão desde os investimentos necessários às possibilidades de retorno, principalmente financeiro, que na maior parte das vezes acaba sendo o critério determinante para o futuro de um projeto de pesquisa.

Metodologicamente, a perspectiva que aqui adotamos é a da hermenêutica, que segundo Ricoeur (1989), é uma teoria da compreensão que entende a interpretação de textos como um jogo de valores, no qual o intérprete busca compreender o sentido do texto a partir de seus próprios valores e experiências.

2 Ética, moral e pesquisa: desafios atuais

A demanda ética retorna periodicamente no decorrer da história, isto porque os princípios de que trata a ética se alteram com as mudanças das relações entre os homens entre si e a natureza, daí ser um tema que se impõe ao exame dos que ainda se colocam perscrutar os sentidos da produção e existência humana. Filósofos, pensadores, escolas filosóficas têm formulado teorias éticas e produzido tratados a respeito.

Nesse desiderato, considere-se que estamos perante a invocação de diferentes éticas. Mediante a recorrência à tradição continental europeia, pode se apontar: a ética neoaristotélica, a filosofia prática, a ética do discurso, as éticas de formulação anglo-saxônicas, como o utilitarismo e o contratualismo, às éticas práticas, a bioética, a ética ecológica, e assim por diante. Isso nos coloca diante de uma encruzilhada babélica em que é possível apenas indicar a dificuldade das escolhas em um quadro de relativismo embaraçoso (MOSER *et al.*, 2019).

Sobre essa multiplicidade de referências morais, Friedrich Nietzsche (1844-1900) em: “A Gaia Ciência”, ao tratar da Doutrina da finalidade da vida, já interrogava: “Que significa este aparecimento sempre novo de fundadores de morais e de cultos, instigadores dos combates que se travam para o triunfo de tal ou tal valor ético, professores de remorsos e de guerras de religião?” (NIETZSCHE, 2010, p. 35). E, mais adiante ao se referir à consciência, expressa que: “A consciência é a última e derradeira fase da evolução do sistema orgânico e, por conseguinte, também o que há de menos acabado e de menos forte neste sistema” (NIETZSCHE, 2010, p. 44).

Ainda: “Acreditando já possuir a consciência os homens pouco se esforçam por adquiri-la; e ainda hoje não é diferente! (NIETZSCHE, 2010, p. 44).

Considerando as diferentes possibilidades de se abordar a temática no nível da consciência, vale acrescentar, na perspectiva da práxis, a ética segundo Adolfo Sánchez Vásquez (1993, p. 120):

A ética é a teoria ou ciência moral dos homens em sociedade. Ou seja, é a ciência de uma forma específica de comportamento humano. A nossa definição sublinha, em primeiro lugar, o caráter científico desta disciplina; isto é, corresponde à necessidade de uma abordagem científica dos problemas morais. De acordo com esta abordagem, a ética se ocupa de um objeto próprio: o setor da realidade humana que chamamos moral, constituído – como já dissemos – por um tipo peculiar de fatos ou atos humanos.

Todavia, de acordo com Sánchez Vásquez (1993) essa abordagem científica dos problemas ainda é desafiadora, face às necessidades de se considerarem as lutas sociais e possibilidades de sua superação. Nas aporias da práxis medram as éticas especulativas tradicionais e as atuais de inspiração positivista, que continuam a ser amplamente aceitas.

Para Sánchez Vásquez (1993, p. 69), moral:

[...] é um sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre eles e a comunidade, de tal maneira que estas normas, dotadas de um caráter histórico e social, sejam acatadas livres e conscientemente, por uma convicção íntima e não de uma maneira mecânica, externa ou impessoal.

Assim, a moral pode ser compreendida como um conjunto de princípios, normas e regras que a pessoa segue em suas próprias ações e conduta para fazer o bem e evitar o mal. Ela é definida pelo próprio sujeito e seguida também por vontade própria, de maneira que ela não pode ser uma imposição externa. Assim, se as obrigações são postas pelo próprio sujeito, elas são seguidas pela sua vontade e ele também será responsável pelas consequências de suas ações.

Além disso, essa autoimposição precisa ser consciente e o sujeito moral precisa se autoimpor as obrigações de maneira plenamente livre, isto é, sem nenhum tipo de coação, seja física, seja moral ou psicológica. Em síntese, em um ato moral, o sujeito é o ator ou infrator, o acusador, o defensor, o juiz e o carrasco (MOSER *et al.*, 2019).

Luc Ferry (2010), no segundo capítulo de sua obra: “A Revolução do Amor: por uma espiritualidade laica”, descreve uma breve história da ética e expõe três concepções éticas. Primeiramente aborda a ética aristotélica, qualificada como aristocrática e conseqüentemente elitista. Nessa concepção, ser ético é descobrir e desenvolver os próprios talentos que são inatos

buscando a perfeição. Trata-se de cumprir o que está na própria natureza. O ser ético nessa concepção pode ser entendido como o hábito de fazer o bem, e especificamente no caso do intelectual, espera-se que ele descubra e desenvolva seus talentos de pesquisador e coloque a serviço do bem, ou seja, com justiça e prudência.

A ética do esforço é a segunda concepção explicitada. Nela o que conta é o esforço pessoal de cada um para alcançar o que se almeja. Não se trata de desenvolver talentos inatos, mas de pelo próprio esforço e dedicação alcançar resultados de excelência. Trata-se, portanto, de uma ética da meritocracia. Por meio do próprio esforço o intelectual precisa se superar. Nessa concepção ética destaca-se o valor da liberdade e da boa vontade, tal qual preconizadas na ética kantiana. Ou seja, é preciso fazer o que se busca por dever e pelo bem comum e sem nenhum condicionamento seja por interesse ou coação. Ao contrário da concepção anterior, aqui trata-se na maior parte das vezes de lutar contra a inércia da própria natureza e alcançar o mérito pelo esforço pessoal em vista do bem comum (FERRY, 2010).

Nessa concepção, o pesquisador precisa buscar cumprir o seu dever independente de qualquer recompensa. Contudo, diante de tantas exigências quantitativas e qualitativas relacionadas à pesquisa e publicações para citar apenas um exemplo, atuar nessa perspectiva torna-se extremamente desafiador, pois como já atestado por alguns estudiosos, o imperativo que baliza a atuação de professores pesquisadores é sobretudo o: “publique ou pereça”. Nesse sentido, a necessidade de cumprir metas, alcançar pontuações necessárias acaba por determinar o desenvolvimento dos processos de pesquisa que nem sempre produzem os resultados esperados com vistas ao bem comum, mas que simplesmente procuram dar conta de atender exigências métricas que em alguns casos conduzem apenas à ampliação da disseminação do mais do mesmo.

Uma terceira concepção apresentada na breve história da ética por Ferry, a ser caracterizada, é a utilitarista ligada principalmente a pensadores como Jeremy Bentham (1799) e John Stuart Mill (2000). Nela o que importa é produzir o melhor bem para o maior número de pessoas possível. O destaque é dado para o benefício mental ou corporal resultante e não se tem a exigência de obrigações universais.

Convivemos com outras abordagens de ética. Para aquelas assentadas na tradição marxista, na qual se incluem as reflexões de Adolfo Sánchez Vásquez, já antes considerado neste texto, e a quem podemos juntar, tantos outros como Vladimir Ilich Lenin, Agnes Heller, Henri Lefebvre, Antônio Gramsci, György Lukács, István Mészáros, seus fundamentos são os da teoria formulada pelos pais do marxismo- Karl Marx e Friedrich Engels, segundo a qual o homem é um

ser material concreto e vivo. Sua vida, ou seja, seu desenvolvimento biológico, psicológico e social, ocorre em um ambiente socio- material histórico e não apenas na autoconsciência. Esse desenvolvimento é o resultado da atividade concreta, real, que “supera o objeto não apenas no espírito, mas de um modo concreto, prático” (SUCHODOLSKI, 1977, p. 181, tradução nossa).

Para essa tradição, o ser humano precisa intervir na transformação da sociedade, pois sem essa intervenção, o retorno à barbárie ou mesmo a impossibilidade da existência humana é que se tornam possibilidades concretas. Contudo, toda e qualquer tentativa de cumprimento de um imperativo moral à margem das condições e possibilidades reais transformariam a moral em algo que Marx chamou de “a impotência em ação” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1993, p. 260).

Neste breve inventário, consideremos a perspectiva foucaultiana, que, por sua vez, de maneira geral, integra uma moral, ética e estética da existência, aponta que a constituição de si mesmo é um processo necessário para o desenvolvimento de uma “prática moral em que os domínios de saber e poder se encontrarão, espera-se, limitados”. Nessa perspectiva: “A posição necessária à luta do indivíduo, antes de ser uma moral (no sentido mais prático da palavra), deverá ser ética e estética [...]”. Essa relação conceitual entre moral, ética e estética da existência pode ser apontada nesse processo, que tem em vista a liberdade como uma liberdade em invenção (CARMO, 2019, p. 319).

Estes apontamentos iniciais contribuem para posicionarmos, no campo da ética questões atuais relacionadas à pesquisa e mais especificamente àquela realizada no âmbito educacional. Justificamos esta nossa intenção: entendemos que ética e educação são processos intrínsecos relacionados à humanização do ser humano. Nesse sentido, refletir sobre ética e honestidade intelectual na pesquisa educacional, em tempos nos quais, o negacionismo científico convive com o emprego cada vez maior de tecnologias avançadas, como as baseadas em Inteligência Artificial (IA) torna-se uma necessidade imperativa.

Que educação? Que humanização? Quais pesquisas e sobre quais objetos e objetivos? Que métodos e perspectivas teórico-metodológicas? Para atender quais interesses? Essas são apenas algumas das interrogações que já fazem parte do universo laboral dos pesquisadores do campo educacional, mas que na atualidade requerem uma atenção especial, sob pena de descaracterização do campo de estudo. Mas como abordar questões tão sérias sem incorrer em “novos imperativos categóricos” ou recomendações que se fundamentam em postulados transcendentais que ao longo da história tem se mostrado insuficientes para garantir processos de

pesquisa éticos e que por consequência não colocam em risco a dignidade e a integridade humanas, bem como, do planeta, nossa casa comum com tudo o que nele habita?

Ainda que problemática e limitada, como qualquer outra, a proposta de uma ética sem obrigações universais e, conforme sugere Richard Rorty, alicerçada em: contingência, ironia e solidariedade, pode nos oferecer pistas para trilhar esse caminho.

3 Uma ética da solidariedade sem obrigações universais

Rorty (1993) se autodefine como um neopragmatista, porque, além de se basear nas ideias de Dewey e de outros filósofos dessa corrente, renova-as. Propõe, por exemplo, que se substitua o termo experiência por linguagem, pois considera ser palavra mais adequada e que abrange o holismo e o antifundacionismo desses autores. Nessa perspectiva, os fundamentos da ética de Rorty são, pois: **a)** a contingência, **b)** a ironia e **c)** a solidariedade.

Nosso objetivo nesse tópico é explicitar principalmente como a solidariedade pode fundamentar uma ética para as relações humanas. Vale ressaltar que a compreensão de Rorty (1993) não se opõe à solidariedade cristã segundo a qual somos todos irmãos em Cristo, nem à de Kant baseada no universalismo. Entretanto, Rorty considera que sua filosofia não é baseada em racionalidade metafísica ou em princípios metafísicos. Mas se trata de uma filosofia antimetafísica e antifundacionista.

Tomo de empréstimo minha definição do “liberal” de Judith Shklar, para quem os liberais são aqueles que pensam que a crueldade é a pior coisa que possamos fazer. E tomo emprestado o termo “ironista” para designar o gênero de pessoa que olha de frente a contingência de suas crenças e de seus desejos centrais: alguém que suficientemente historiciza e nominaliza para abandonar a ideia de que essas crenças e desejos implicam algo que escaparia ao tempo e ao acaso. (RORTY, 1993, p. 14-15).

A filosofia preconizada resulta da argumentação, da conversação e do diálogo para que as pessoas encontrem um consenso comum para poder tornar o mundo melhor. O consenso pode ser considerado como alcançado quando as pessoas estiverem de acordo, se elas aceitarem que todos cumpram o que foi decidido por um acordo comum. Não pode haver nesse diálogo coação física, nem psicológica, nem moral.

Não obstante as críticas já endereçadas ao ironismo liberal e ao pragmatismo, ressaltamos que, por ironista e pragmático, a partir de Rorty (1993), entendemos aquele que busca no mínimo diminuir a dor e o sofrimento alheio. Não se trata de uma visão romântica idealista, mas de uma

práxis que se sustenta na ironia, ou seja, na necessidade de olhar de frente as próprias crenças e convicções e considerá-las na sua contingência ou provisoriedade e na solidariedade. Isso quer dizer levar em conta que a capacidade de sofrer é comum aos seres humanos e que, portanto, a solidariedade não é feita de discursos, mas de ações concretas que procuram diminuir a dor e o sofrimento do outro, quando não é possível eliminá-los totalmente.

Ao tratar de uma ética sem obrigações universais, Rorty faz um resumo do que ele entende por pragmatismo, cuja síntese, nas palavras do próprio filósofo, pode ser assim expressa:

Penso que os pragmatistas propõem descrever nossa pesquisa, o que ocorre tanto no domínio da física como naquele da ética, como uma pesquisa de ajuste, em particular de certa espécie de ajuste a nossos semelhantes que nós denominamos de “a pesquisa da justificação e do acordo”. (RORTY, 1995, p. 110).

Dessa forma, Richard Rorty é fundamentalmente antiessencialista. Para ele, não existe a essência de homem. Também não aceita a ética de Kant, de caráter deontológico e fundado em imperativos categóricos. Rejeita a possibilidade de uma imposição moral incondicionada, flutuando acima da discussão e do acordo.

Assim, para Rorty, em consonância com Dewey:

[...] não há distinção de gênero entre o que é útil e o que é o bem. Com efeito “o bem é apenas um nome abstrato que recobre uma multidão de instâncias (solicitações) concretas de ações às quais os outros nos submetem e às quais somos obrigados a conceder uma certa consideração se quisermos viver”. (RORTY, 1995, p. 102).

Portanto, para ele, a moral implica a subordinação dos fatos às considerações ideais. Ressalta-se que Rorty recorre a Annette Bayer para negar a universalidade da moral kantiana e testa maneira rejeitar a existência de uma regra universal, resultante da racionalidade, uma vez que nada está acima do acordo consentido entre as pessoas do mesmo universo. “A moralidade é simplesmente um hábito novo e sujeito a controvérsias dependendo das circunstâncias e dos acordos” (RORTY, 1995, p. 108).

De acordo com Rorty, ninguém é movido a agir por razões ou sermões racionais, ao passo que nos sentimos impulsionados a agir solidariamente quando nos sensibilizamos com a dor e o sofrimento de nossos semelhantes. Ainda de acordo com Rorty (1973, p. 17): “O romance, o cinema e a televisão substituíram lenta, mas seguramente os sermões e o tratado racional, como principais vetores das mudanças morais e do progresso”. Isso ocorre porque os romances escritos, o cinema e a televisão nos sensibilizam em relação à crueldade, como aconteceu, por exemplo, com muitas pessoas no contexto da pandemia.

Assim, no processo de ensino aprendizagem, para sensibilizarmos aprendentes e estudantes, desde as séries iniciais até a universidade, é necessário ter consciência de que o ser humano é mais sentimento do que razão. “O coração tem suas razões, que a razão não conhece” (PASCAL, 1973, p. 111). Mas o que é ser solidário?

Em minha utopia liberal, a solidariedade humana seria percebida não como um fato de que se deveria dissipar os preconceitos, cavando até as profundidades ainda inexploradas mas, em vez disso, ter como objetivo a alcançar. E isso não pela pesquisa, mas pela imaginação, a faculdade de reconhecer pela imaginação pessoas semelhantes que sofrem e são pessoas que nos são estranhas. A solidariedade não é descoberta pela reflexão, mas ela é criada. Cria-se tomando-nos mais sensíveis aos detalhes da dor e da humilhação de outros tipos de pessoas, que nos são pouco familiares. (RORTY, 1993, p. 17).

Portanto, as diferenças entre os seres humanos são muito pequenas em relação à semelhança que temos frente à dor e à humilhação. Durante a pandemia COVID-19, isso se tornou mais evidente, pois muitas pessoas isoladas, não possuíam os recursos mínimos para sobreviver e não tinham quem recorrer, nem ao estado, nem a parentes. Por essa condição se levantou práticas de solidariedade que a tantos de nós comoveu e a exigência perante o poder público de providenciar vacinas.

Rorty (1993) compreende a obrigação moral em termos de agir na intenção do nós, mas não aceita a oposição do nós em relação a eles. Não pode haver moral se privilegiamos os nossos em detrimento dos que não são nossos. Todos somos seres que sofremos com a dor e a humilhação. Ao dizer que devemos agir na intenção do nós, Rorty não se refere apenas a nossos concidadãos ou conhecidos, mas a muitos outros – nesse sentido, ele entende que devemos alargar cada vez mais o conceito para abranger os diferentes. Assim, seremos capazes de reconhecer que as diferenças étnicas, culturais, sociais, econômicas e tantas outras que nos parecem enormes são ínfimas se comparadas às semelhanças que existem na dor, no sofrimento e na humilhação. É isso que define a solidariedade, e não um princípio universal.

Nesse sentido, há uma responsabilidade do eu com o outro que Levinas (1990) mostra de um modo inigualável. “A responsabilidade pelo outro não é um acidente que o sujeito sofreu, mas precede nele a Essência – ele não esperou a liberdade em que teria se comprometido pelo outro” (LEVINAS, 1990, p. 142-145). Essa responsabilidade pelo outro tem implicações irrecusáveis e inarredáveis na educação – para docentes, pais, educadores em geral e alunos. Que a consciência dessa responsabilidade possa nos mover para promover concretamente o bem comum, sobretudo nestes tempos de guerras e tragédias sem fim. (LOPES; MOSER, 2021).

4 Honestidade intelectual e ciência como solidariedade: um percurso educativo

Com outros filósofos, entre os quais Nietzsche, Richard Rorty considera a moral tradicional como mito. Segundo Rorty (1995, p. 108), o grande erro de Kant e de outros filósofos clássicos consiste em considerar “o ‘eu como não relacional’ e que pode existir fora de toda essa preocupação pelos outros, como um psicopata frio, sem nenhuma consideração das necessidades dos outros”. Ainda de acordo com Rorty (1995, p. 109), nunca houve uma resposta para a questão: “por que sou obrigado a agir moralmente?” Porque não é concebível um eu sem esta relação com outros. Do contrário, afirma Dewey e seus seguidores, seria apensar a moral uma justificação teológica fundada na fé.

Baier escreve que Dewey podia ter escrito que o equivalente secular da fé em Deus [...] é a fé na comunidade humana e nos seus procedimentos evolutivos, a fé numa perspectiva de ambições cognitivas e de esperares morais partilhadas pelo maior número de pessoas. Portanto, a moral nesse ponto de vista não passa de um acordo universal para justificar os costumes que existem ou para sancionar costumes que vão existir sempre baseados em acordos entre os membros de uma comunidade. (RORTY, 1995, p. 110).

É importante ressaltar a semelhança dessa perspectiva da moral como a ética da discussão de Habermas (1987, p. 85): “Os interlocutores precisam aceitar de maneira voluntária e responsável” aquilo que se discute. A base da solidariedade, segundo Rorty, reside no fato de nos sentirmos na obrigação de moralmente nos privar de uma parte dos nossos alimentos, se há pessoas com fome na nossa porta. Assim, a palavra moral indica a obrigação de alimentar os filhos estranhos renunciando a parte da alimentação dos nossos próprios filhos (RORTY, 1995).

A solidariedade nos move a ajudar os outros nas suas necessidades. Essa ação tornou-se mais latente durante a pandemia COVID-19: a compaixão com os outros, ou seja, estar disposto a ajudá-los em suas necessidades, em seu sofrimento, em suas dores, em suas humilhações. Logo, para agir em conformidade moral exige-se que uma pessoa seja calorosa e compassiva, substituindo a ideia kantiana do soberano bem e do imperativo categórico. E se não podemos visar à perfeição moral e alcançá-la, cabe levar em conta as necessidades dos outros mais do que nós o temos feito até o presente. Se não pudermos eliminar todo o sofrimento e suprir todas as necessidades que estão na nossa alçada, temos a possibilidade de minorá-lo.

Nessa perspectiva considera-se a ciência como solidariedade. Rorty (1990) trata do intelectual ou do homem de ciências e de suas qualidades morais e apresenta um retrato do perfil de como esse homem de ciências é considerado de maneira geral. Nesse perfil quatro

características do cientista podem ser destacadas: **a)** função ou caráter “sacerdotal”; **b)** a cientificidade como virtude moral; **c)** a tolerância e a capacidade de escuta; e **d)** o respeito pela opinião dos outros.

Em razão do domínio que possui a respeito do conteúdo das ciências, o cientista apresenta-se como responsável pela conservação do saber e pela verdade. Assim, ele é considerado hoje como o homem que possibilita à humanidade de entrar em contato com algo que a transcende que está além dela mesmo (RORTY, 1990). O cientista é dessa maneira, alguém comprometido com a racionalidade, com a verdade, um exemplo moral e que se desafia a si mesmo continuamente. Entre essas características destaca-se a compreensão acerca da racionalidade:

[...] racionalidade, designa então um conjunto de virtudes morais, como a tolerância, o respeito pelas opiniões daqueles que nos rodeiam, a capacidade de escuta, a confiança colocada mais na persuasão do que na força. Estas virtudes são aquelas que os membros de uma sociedade civilizada devem possuir para que a sociedade seja mais suportável (RORTY, 1990, p. 48-49).

Nessas considerações de Rorty já notamos explicitamente presente a segunda característica do cientista, qual seja, a cientificidade como virtude moral. Nesse sentido, “os cientistas são merecidamente famosos por aderirem à persuasão em vez da força, pela (relativa) incorruptibilidade, pela paciência e sensatez” (RORTY, 1990, p. 379). O consenso democrático é assim o caminho apontado por Rorty para resolver os conflitos e impasses que surgem em todas as questões, nas relações humanas, nas instituições públicas e privadas e em todas as esferas sociais.

Uma vez que nessa perspectiva, “o conhecimento não está acima da conversação”. Ou seja, do diálogo, o fechamento das discussões não poderá ocorrer pela justificativa da objetividade ou por uma saída transcendente. O fechamento poderá ser legitimado “se os interlocutores estiverem de acordo sobre as razões (que também são enunciados) de fechá-las, ao menos provisoriamente” (HOTTOIS, 1997, p. 50),

Por essa razão, convém substituir a ideia de objetividade pela de acordo sem coação. A existência de um acordo sem constrangimentos entre os cientistas e as disciplinas situa a única linha da só verdade objetiva que podemos razoavelmente desejar, a saber, o acordo intersubjetivo. Não se trata de discutir o estatuto metafísico da verdade, sua natureza e essência, mas aceitar como verdadeiras, parece mais vantajoso acreditar. Assim, para Rorty (1990), o valor

da pesquisa não repousa sobre uma teoria do conhecimento ou metafísica, mas sobre uma base exclusivamente ética.

Os cientistas precisam ser exemplos morais e não seria sensato exaltá-los como sacerdotes, pois eles também precisam “se submeter ao veredicto das lições da natureza sem que isto dependa de distinção entre os fatos objetivos e alguma forma mais flexível, mas hábil e muito mais duvidosa” (RORTY, 1990, p. 48).

Em consonância com a noção de cientificidade como virtude moral, as outras duas características do cientista são destacadas como virtudes morais. Assim, a tolerância e a capacidade de escuta consistem em aceitar o outro, respeitar o ponto de vista, mesmo que dele se possa discordar, saber escutar o ponto de vista dos outros. Ou seja, não se colocar acima dos demais como um detentor do saber, mas ao mesmo tempo não deixar de dialogar, discordar e argumentar com aqueles que pensam diferente. Contudo, é preciso ter a consciência de que alguém poderá se apresentar com uma ideia melhor, mais apropriada com vistas ao estabelecimento de consensos.

A outra característica que é também uma virtude moral diz respeito ao respeito pelas opiniões daqueles que nos rodeiam. Cada ponto de vista surge da vista de um ponto. Contudo, em tempos como o nosso de manipulação e negacionismo científico as possibilidades de diálogo acabam reduzidas e com a conseqüente diminuição do respeito pelos semelhantes e suas opiniões.

De acordo com Maturana e Varela (1995, p. 262-263):

Nossa atitude não poderá ser de reafirmar o que vemos do nosso próprio ponto de vista, e sim de considerar que nosso ponto de vista é resultado do acoplamento estrutural dentro de um domínio experiencial tão válido como o do nosso oponente, ainda que o dele não nos parece tão desejável.[...] Caberá, portanto buscar uma perspectiva mais abrangente, num encontro experiencial em que o outro também tenha lugar e no qual possamos, com ele construir um mundo[...] a aceitação do outro ao nosso lado na convivência. Esse é o fundamento biológico do fenômeno social: sem o amor, e sem a socialização não há humanidade.

Se a ética se fundamenta na solidariedade e é um modo de nos adaptarmos aos outros estabelecendo hábitos para convivência em harmonia e paz, Rorty (1990) propõe que estes hábitos, os quais se tornarão regras nos conflitos sejam resultado de discussões tendo em vista o consenso. Nessa perspectiva, que pressupõe a necessidade de diálogo, o consenso é uma exigência do ironismo liberal, no qual o pluralismo dos pontos de vista é aceito e valorizado, as crenças são discutidas.

Deste modo, para Rorty (1993, p. 14-15), “ironista” designa: “o gênero de pessoa que olha de frente a contingência de suas crenças e de seus desejos centrais” e que “suficientemente historiciza e nominaliza para abandonar a ideia de que tais crenças e desejos implicam algo que escaparia ao tempo e ao acaso”. Assim como no caso do conhecimento e da ciência, para Rorty (1990) a ética precisa ser considerada como uma prática cultural ou social. Desta forma, por meio do diálogo, as discussões filosóficas e científicas precisam buscar o diálogo, substituindo o desejo objetividade pelo da solidariedade com a realidade investigada. Para os pragmáticos, as únicas virtudes que os homens de ciência possuem são: **a)** o hábito de contar com a persuasão em vez da força, **b)** com o respeito das opiniões de seus colegas, **c)** a curiosidade e a paixão pelos dados das opiniões novas” (RORTY, 1990, p. 55).

Com isso, não se reafirma o apego a certezas do passado, mas se busca construir um mundo melhor. Essa atitude impede que pesquisadores se tornem autoritários e simples colecionadores e repetidores de ideias alheias. Ousar saber implica em arriscar-se em novos caminhos. Não se trata de dogmaticamente estar com a verdade, mas de produzir o novo a partir do conhecimento e da experiência acumulada. Nesse processo, a originalidade terá mais destaque que o rigor. Para tanto, será fundamental a solidariedade entre os profissionais da ciência.

Não por acaso, a ética pragmatista de Rorty está baseada em ironia, contingência e solidariedade. Essas mesmas bases podem ser aplicadas ao contexto dos homens de ciência, cuja atuação implica na necessidade da honestidade intelectual, que ao mesmo tempo pressupõem e fomentam essas mesmas bases para um exercício ético da ciência.

Como é possível notar a partir dos pressupostos apresentados a construção de uma ética baseada em contingência, ironia e solidariedade não pode ser feita sem que se percorra um caminho educativo. Nesse sentido, entendemos que o acesso à educação de qualidade é assim um pressuposto fundamental para que a ética esteja presente de maneira eficaz numa sociedade. Do mesmo modo a superação de preconceitos, o respeito à vida e aos direitos humanos pressupõe a necessidade da educação enquanto processo de humanização.

Para tanto, a pesquisa educacional também é fundamental, pois por meio dela é possível dedicar atenção aos contextos, processos, políticas, práticas, sujeitos, espaços, currículos, entre outros elementos que constituem o fenômeno educacional. Nesse sentido, ética e honestidade intelectual são pressupostos que precisam balizar o caminho e as atividades daqueles que se comprometem com a pesquisa educacional, não obstante aos desafios inerentes.

5 Urgência da ética na pesquisa educacional

À reivindicação da ética na pesquisa educacional, o que confere ao tema centralidade, é necessário acrescentar a sua urgência, por um lado porque valores tradicionais do agir científico estão desestabilizados, ao ponto de se colocar em suspenso a ciência e, sobretudo, o campo das ciências humanas/sociais, entre as quais se situa a educação, de outro pela extraordinária manipulação dos dados da existência e sua análise.

Nos surpreendemos quando em contexto da pandemia COVID-19 ouvimos médicos, gestores públicos, religiosos se colocarem contra os resultados dos esforços de tantos pesquisadores na procura por vacinas e remédios eficazes no combate à doença e seu alto nível de contágio. Nos surpreendemos com as práticas de desmatamento assentadas em argumentos que contrariam conhecimentos acumulados, evidenciados, contra alegações e defendidas em debates, simpósios, seminários. Nos surpreendemos com as manipulações da informação em canais televisivos, de mídias impressas e digitais.

Nos surpreendemos com o individualismo exacerbado, o hedonismo narcísico, e, em consequência, a desconsideração do outro. Instala-se a banalidade do mal, dissecada por Hannah Arendt (1999) em sua obra: “Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal”, onde analisou e aprofundou o relato do julgamento de Adolf Eichmann, o carrasco, cumpridor de normas, sem compaixão e ou solidariedade com os judeus prisioneiros do regime nazista.

A despeito de tantas dúvidas, controvérsias, polêmicas postas ao seu texto, ao analisar: “esses aspectos da personalidade de Eichmann levaram Hannah Arendt a se convencer de uma das afirmações do acusado: ele não era um monstro. Ao contrário, era um homem comum. E o mais assustador: tão comum quanto muitos outros” (ANDRADE, 2010, p. 111). “O problema de Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais” (ARENDR, 1999, p. 166).

Trata-se de uma banalidade que se esparrama em um mundo onde predominam as incertezas do presente e futuro. A humanidade está insegura, a vida está arriscada, a pesquisa educacional vale mais por quem a veicula do que ela por sua potência formativa e fundamento das políticas. Perante tais aporias quais seriam os parâmetros éticos da pesquisa educacional?

Arendt, em seu escrito: “A crise na educação”, alerta que “o educador [o pesquisador é sempre um educador, um formador, no sentido amplo de educar enquanto desvelamento,

mediação], está aqui em relação ao jovem como representante de um mundo pelo qual deve assumir a responsabilidade” (ARENDRT, 1968, p. 239).

No contexto atual de celeridade, de sobressaltos e incertezas, de fome e miséria, de guerras terríveis a povos em miséria, de acumulação de riquezas na mão de tão poucos, uma ética urgente na pesquisa educacional exige reconhecimento da alteridade, solidariedade, inclusão, ecologia, segurança alimentar planetária. Que os pesquisadores educacionais se movam na sua responsabilidade pelo mundo!

6 Considerações finais

Ao concluirmos essas reflexões acerca da questão da ética e da responsabilidade na pesquisa científica tendo em vista os impactos da honestidade intelectual e seus desdobramentos sociais, consideramos que fazer ciência de maneira honesta é realizar o possível diante das circunstâncias e buscar soluções para problemas reais para os problemas do cotidiano. Trata-se, pois de uma meta humanista que é almejada por uma ética da solidariedade.

Em tempos de negacionismo no qual estratégias apoiadas em mentiras são fabricadas para convencer multidões de uma realidade paralela, tratar da ética na pesquisa científica e da honestidade do pesquisador é uma necessidade urgente. Mais do que exaltar a figura do pesquisador como um sacerdote capaz de trazer soluções que extrapolam o mundo imanente, é preciso reconhecer a necessidade de superar uma visão reducionista de ciência na qual muitos resultados são buscados para cumprir exigências burocráticas, que mais contribuem para a manutenção de estruturas envelhecidas, repletas de dogmatismo velado, do que para encontrar soluções para problemas reais do nosso cotidiano.

A contingência, a ironia e a solidariedade precisam ser consideradas para que o diálogo respeitoso possa prevalecer e novas ideias surgir. Respeitar e lançar mão do passado do conhecimento acumulado na história da ciência não deixa de ter o seu valor. Contudo, o ousar saber implica em reconhecer a contingência do conhecimento e ter a coragem da ironia sem perder o foco na solidariedade para que um mundo melhor possa ser produzido.

Nessa perspectiva, qual o sentido de pesquisar e produzir, cumprir padrões de exigência para alimentar plataformas de currículo? Afinal, para quem e para que pesquisamos e produzimos? As reflexões sobre ética e responsabilidade na pesquisa científica, honestidade intelectual e seus desdobramentos sociais precisam ter em conta esses questionamentos sob pena

de perderem sua relevância social e científica, características essenciais da ciência e seus processos de pesquisa e particularmente no campo educacional.

Nossa resposta a esses e outros questionamentos assemelhados pelas aporias das relações que vivemos, retomamos as contribuições de Hannah Arendt quando assentou a urgência da responsabilidade pelo mundo.

Referências

ANDRADE, M. A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtinas. **Rev. Bras. Edu.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 43, p. 109-126, abr. 2010. DOI: 10.1590/S1413-24782010000100008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ByLpxkpQTJk4LGSR4SgHhVr/?lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2022.

ARENDT, H. A crise na educação. In: ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1968. p. 221 - 247.

ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7613816/mod_resource/content/1/Texto%202.pdf . Acesso em: 17 nov. 2022.

BENTHAM, J. **O panóptico**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

CARMO, M. Moral, ética e estética da existência em Michel Foucault. **Griot: Revista de Filosofia**, Bahia, v. 19, n. 2, p. 300-310, 2019. DOI: 10.31977/grirfi.v19i2.1199. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/griot/article/view/1199> . Acesso em: 17 nov. 2022.

FERRY, Luc. **A revolução do amor**: por uma espiritualidade laica. Rio de Janeiro: objetiva, 2010.

HABERMAS, J. **Morale et communication**. Paris: Cerf, 1987.

HOTTOIS, G. **De la renaissance à la postmodernité**: une histoire de la philosophia moderne contemporaine. Paris; Bruxelles: De Boeck et Larcier, 1997.

LEVINAS, E. **Autrement qu'être ou au-delà de l'essence**. Paris: LGF, 1990.

LOPES, L. F.; MOSER, A. Educação e solidariedade em tempos de pandemia. CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 15., Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: EDUCERE, PUCPR, 2021. Disponível em: <https://educere.pucpr.br/p4/anais.html?titulo=&edicao=6>. Acesso em: 17 nov. 2022.

MATURANA, H.; VARELA, F. J. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. Campinas: Psy, 1995.

MIL, J. S. **O utilitarismo**. São Paulo: Iluminuras, 2000.

MOSER, A. *et al.* **Ética, estética e educação**. Curitiba: InterSaberes, 2019.

NIETZSCHE, F. **A gaia ciência**. 2. ed. São Paulo: Martin Calret, 2010.

PASCAL, Blaise. **Pensamentos**. São Paulo: Abril Cultura, 1973.

RICOUER, P. **Do texto à ação**: ensaios de hermenêutica II. Porto: Rés-Editora, 1989.

RORTY, R. **Contingence, ironie et solidarité**. Paris: Armand Colin, 1993.

RORTY, R. **Science et solidarité**: la vérité sans le pouvoir. Paris: l'éclat, 1990.

RORTY, R. Une éthique sans obligations universelles. *In*: RORTY, R. **L'espoir au lieu du devoir** : introduction au pragmatisme. Paris: Alvin Michel, 1995. p. 97-127.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Ética**. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

SUCHODOLSKI, B. **Teoría Marxista de la educación**. México: Editorial Grijalbo, 1977.